

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

## RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 36, DE 11 DE MARÇO DE 2022

CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em sessão ordinária telepresencial realizada em 10 de março de 2022, sob a presidência do Exmo. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem (Presidente), presentes os Exmos. Desembargadores César Pereira da Silva Machado Júnior (1º Vice-Presidente), Rosemary de Oliveira Pires Afonso (2ª Vice-Presidente), Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto (Corregedor), Manoel Barbosa da Silva (Vice-Corregedor), Luiz Otávio Linhares Renault, Marcus Moura Ferreira, Denise Alves Horta, Lucilde D'Ajuda Lyra de Almeida, Jorge Berg de Mendonça, Taisa Maria Macena de Lima, Maristela Íris da Silva Malheiros, Paula Oliveira Cantelli e Marco Antônio Paulinelli de Carvalho; presentes também os Exmos. Desembargadores Emerson José Alves Lage e Maria Stela Álvares da Silva Campos, convocados para participar da sessão na forma do art. 16, §§ 9º e 10, do Regimento Interno deste Tribunal e a Exma. Vice-Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3a Região, Márcia Campos Duarte, apreciando o processo TRT n. 00034-2022-000-03-00-1-MA,

RESOLVEU, à unanimidade de votos,

REFERENDAR o ato da 1ª Vice-Presidência (Portaria SEGP/002/2022, de 03 de janeiro de 2022) que convocou a MM. Juíza Flávia Cristina Rossi Dutra, Titular da 16ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, para atuar como juíza auxiliar da 1ª Vice-Presidência no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023 e, consequentemente, como coordenadora dos Cejusc-JT e supervisora do Cejusc-JT de 2º grau, com competência para atuar nos feitos submetidos ao aludido órgão.

## TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA

Diretora Judiciária do TRT da 3ª Região

**Fonte:** BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Resolução Administrativa n. 36, de 11 de março de 2022. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 3431, 14 mar. 2022. Caderno Judiciário, p. 299.